

QUEM TEM MEDO DA DEMOCRACIA? O MEDO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO NO NEOLIBERALISMO DIGITAL

Marjorie Bier Krinski Corrêa¹ , Ivann Lago¹ 

RESUMO

Este artigo analisa a instrumentalização contemporânea do medo como ferramenta de dominação política, articulando uma releitura crítica de Hobbes com as dinâmicas discursivas do neoliberalismo e a proliferação das fake news. Parte-se do pressuposto de que o medo, antes legitimador da autoridade soberana, é hoje reconfigurado como mecanismo de neutralização da ação cidadã e retração da esfera pública. O estudo, de natureza teórico-conceitual, fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da filosofia política, da crítica ideológica e da teoria da comunicação, buscando compreender como as estruturas discursivas neofascistas e os dispositivos digitais de manipulação informacional produzem subjetividades avessas à participação política. Argumenta-se que o medo, longe de garantir estabilidade, alimenta a ansiedade, a insegurança e o individualismo competitivo, convertendo a democracia em um campo simbólico de ameaças. A partir da crítica à governamentalidade neoliberal, à vigilância algorítmica e à lógica da pós-verdade, evidencia-se a corrosão dos vínculos coletivos e da confiança pública, propondo-se repensar a democracia não como dado institucional, mas como construção contínua de coragem política diante dos mecanismos de silenciamento e alienação.

Palavras-chave: Contrato Social. Manipulação Afetiva. Pós-Verdade. Alienação Política. Dominação Discursiva.

ABSTRACT

This article analyzes the contemporary instrumentalization of fear as a tool of political domination, articulating a critical rereading of Hobbes with the discursive dynamics of neoliberalism and the proliferation of fake news. It departs from the premise that fear, once legitimizing sovereign authority, is now reconfigured as a mechanism for neutralizing civic action and contracting the public sphere. The study, theoretical and conceptual in nature, draws on classical and contemporary authors in political philosophy, ideological critique, and communication theory to understand how neofascist discursive structures and digital devices of informational manipulation produce subjectivities resistant to political participation. It argues that fear, far from ensuring stability, fuels anxiety, insecurity, and competitive individualism, turning democracy into a symbolic field of threats. Through a critique of neoliberal governmentality, algorithmic surveillance, and the logic of post-truth, the work highlights the erosion of collective bonds and public trust, proposing to rethink democracy not as an institutional given but as a continuous construction of political courage in the face of silencing and alienation mechanisms.

Keywords: Social Contract. Affective Manipulation. Post-Truth. Political Alienation. Discursive Domination.

¹ Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Autor Correspondente: Marjorie Bier Krinski Corrêa

E-mail: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br

Recebido em 26 de Maio de 2025 | Aceito em 07 de Novembro de 2025.

1 INTRODUÇÃO

A democracia, ao longo de sua trajetória histórica, tem sido concebida como o regime político por excelência da participação, da pluralidade e do dissenso institucionalizado. Contudo, em contextos marcados pela ascensão de narrativas autoritárias, pelo esvaziamento do espaço público e pela crescente influência de tecnologias de manipulação discursiva, observa-se a emergência de um fenômeno paradoxal: o medo deixa de ser apenas um sentimento social difuso e assume a forma de um operador estrutural na reorganização dos vínculos entre sujeitos e instituições. Este artigo parte da hipótese de que, nas democracias contemporâneas, o medo não apenas atravessa as subjetividades políticas, mas se transforma em um instrumento funcional à lógica neoliberal, articulando-se à desinformação sistemática e à proliferação das *fake news* como instrumentos de poder que desmobilizam a cidadania, corroem o debate público e fragilizam os alicerces da vida democrática.

A reflexão aqui empreendida propõe uma leitura crítica e transdisciplinar, alicerçada na filosofia política, na teoria do discurso, na crítica ideológica e nos estudos de comunicação. O ponto de partida é o pensamento de Hobbes, cuja elaboração do medo como fundamento do pacto social e da soberania oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender a centralidade desse afeto na organização política moderna. No entanto, ao ser deslocado para o contexto do “neoliberalismo tardio” (Jameson, 1997), caracterizado pela governamentalidade algorítmica, pela economia da atenção e pela desinstitucionalização da autoridade pública, o medo assume novas funções: ele deixa de constituir o laço de coesão entre os indivíduos e o Estado e passa a operar como mecanismo de retração subjetiva, estimulando a introjeção da insegurança, a vigilância mútua e a atomização do sujeito político.

Neste cenário, a circulação de discursos ancorados na lógica da pós-verdade — em que fatos e evidências são substituídos por crenças de forte carga emocional — assume papel central. As *fake news*, mais do que distorcer ou inventar informações, instauram regimes de verossimilhança que substituem o real, deslocando os parâmetros de verdade e reorganizando a experiência compartilhada do mundo. Trata-se de uma nova economia da verdade, na qual o medo se converte em insumo fundamental para a produção de consensos de caráter autoritário e reativo. A crise informacional contemporânea, portanto, não pode ser reduzida à ineficácia dos mecanismos de verificação factual; ela expressa uma reconfiguração mais profunda das gramáticas políticas e afetivas. Nesse contexto, observa-se uma mutação simbólica que fragiliza os vínculos democráticos e redesenha o sujeito neoliberal — não mais como aquele que, temendo os semelhantes, reconhece racionalmente no Estado o mediador da segurança coletiva, mas como alguém atravessado por uma desconfiança difusa diante das próprias instituições públicas. Esse deslocamento, ao corroer a legitimidade estatal, produz um vazio político e simbólico que tende a ser ocupado por narrativas simplificadoras e doutrinas de forte apelo emocional, as quais minam a possibilidade de engajamento crítico e esvaziam o horizonte da participação coletiva.

O presente artigo se justifica, portanto, pela urgência de compreender como os afetos — especialmente o medo — são mobilizados e instrumentalizados no interior das democracias neoliberais, não como resquício pré-moderno a ser superado, mas como uma racionalidade governamental sofisticada, que atua sobre os corpos e as consciências para esvaziar o sentido emancipatório da política. Diante da escalada da desinformação e do uso estratégico da linguagem para fins de manipulação emocional, torna-se necessário problematizar os modos como a subjetividade política é capturada por discursos que, ao mesmo tempo em que se apresentam como defesa da ordem, operam o desmonte dos dispositivos democráticos de deliberação, participação e conflito legítimo.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem teórico-conceitual, de natureza qualitativa, fundamentada na análise crítica de categorias como medo, discurso, poder, subjetividade e democracia, em diálogo com autores que contribuem para o entendimento das transformações contemporâneas da política. O referencial teórico é composto por Hobbes, cuja noção de medo como motor do contrato social é revisitada à luz dos estudos de Foucault (2008) sobre biopolítica e governamentalidade; Eco (2019) e Chauí (2000), que discutem os mecanismos simbólicos da manipulação ideológica e da irracionalidade política; Mounk (2019), que alerta

para a fragilidade das democracias liberais diante da erosão institucional; Souza (2017), que analisa a dominação pela via da construção afetiva da inferioridade; Han (2021), que explora a psicopolítica como forma de controle subjetivo no capitalismo tardio — entendido, nesse contexto, como uma fase do capitalismo marcada pela interiorização dos mecanismos de dominação, em que a coação cede lugar à autoexploração, e a liberdade se converte em instrumento de submissão; Zuboff (2020), cuja noção de capitalismo de vigilância fornece as bases para compreender o papel das plataformas digitais na captura dos dados e dos afetos; e Dardot e Laval (2016), que concebem o neoliberalismo como racionalidade totalizante, cuja gramática molda não apenas as instituições, mas o próprio *ethos* contemporâneo.

A estrutura do artigo está organizada em três partes. No primeiro tópico, propõe-se uma releitura do medo hobbesiano, situando-o como categoria fundante da teoria política moderna e examinando seus deslocamentos conceituais na passagem do estado de natureza à ordem civil. Em seguida, analisa-se o modo como o neoliberalismo reconfigura esse medo em nova chave, operando não mais como legitimação do poder soberano, mas como vetor de desagregação do laço social. No segundo tópico, explora-se a economia afetiva da desinformação, com foco na produção das *fake news* e na lógica da pós-verdade como tecnologias de dominação discursiva, destacando o papel dos algoritmos na amplificação das narrativas de medo. No terceiro e último tópico, discute-se a retração da esfera pública e o enfraquecimento da participação política como efeitos diretos dessa racionalidade afetiva e discursiva, propondo, ao final, a necessidade de resgatar a coragem como virtude democrática e a ação coletiva como resistência à neutralização subjetiva.

Ao propor um cruzamento entre categorias clássicas da teoria política e fenômenos contemporâneos como a desinformação digital e a desmobilização democrática, este artigo busca contribuir para o debate sobre os desafios da democracia em tempos de crise epistêmica e hegemonia neoliberal. O medo, aqui, não é tratado como uma anomalia, mas como um operador privilegiado para a compreensão das novas formas de sujeição e das mutações do poder em sua dimensão simbólica, afetiva e comunicacional.

2 O MEDO HOBBSIANO: ENTRE PROTEÇÃO E SUBMISSÃO

A obra *Leviatã*, de Hobbes (2003), constitui um marco inaugural na consolidação da teoria política moderna, ao estabelecer uma concepção do poder baseada na racionalização do medo como afeto fundador da ordem civil. Escrito em meio às convulsões das guerras civis inglesas do século XVII, o texto formula uma arquitetura política centrada na necessidade de conter a violência originária do estado de natureza, caracterizado por uma permanente disposição ao conflito generalizado — a célebre “guerra de todos contra todos” (*bellum omnium contra omnes*). Nesse contexto, o medo não é entendido como patologia, mas como motor racional que conduz à instauração do contrato social. A figura do soberano surge, assim, como garantia de proteção diante do risco da morte violenta, elemento que, segundo Hobbes (2003), comprometeria qualquer possibilidade de convivência estável e segura.

A renúncia aos direitos naturais por parte dos indivíduos, em nome da constituição de uma autoridade comum, estabelece uma relação paradoxal: ao mesmo tempo em que funda a paz, o medo se converte em instrumento de submissão. A estabilidade política, para Hobbes (2003), não advém do consenso, mas da obediência. A figura do Leviatã concentra o monopólio da violência legítima justamente por ser depositário do medo coletivo, que, reorganizado pela racionalidade contratual, assume papel estruturante na constituição do poder soberano. Desse modo, o contrato social hobbesiano não representa uma escolha livre, mas um cálculo de autopreservação. O medo da morte, ao invés de ser um limite da política, torna-se sua matriz de possibilidade.

Essa ambiguidade estrutural do medo — simultaneamente fundante da ordem e legitimador da submissão — é retomada criticamente por Chaui (2000), ao discutir o que denomina “autoritarismo consentido”. Para a autora, a tradição política moderna — inaugurada, em grande medida, por Hobbes (2003) — não

elimina a violência originária, mas a institucionaliza sob a forma da autoridade legítima. O consentimento à dominação, nesse caso, não decorre da liberdade, mas da necessidade. Tal como em Hobbes (2003), o medo é aqui reconfigurado como afeto político primordial, estruturando uma subjetividade resignada, para a qual o exercício da liberdade se converte em risco e a obediência em virtude. A pacificação social, portanto, implica uma renúncia: para existir em segurança, o indivíduo abdica do exercício pleno de sua liberdade.

A teoria do autoritarismo consentido formulada por Chauí (2000) permite compreender como a dominação política não se sustenta apenas na imposição da força ou na coerção explícita, mas em um complexo arranjo simbólico e cultural que naturaliza a obediência e a subordinação. Trata-se de um tipo de sujeição que opera pela introjeção da autoridade como valor positivo, transformando o medo em elemento constitutivo da identidade política do sujeito. Segundo a autora, o autoritarismo, nesse quadro, não é percebido como opressão, mas como proteção; não se apresenta como violência, mas como ordem. A passividade política, longe de ser um sintoma de ignorância ou alienação isolada, revela-se como o efeito de um processo histórico de interiorização da dominação, em que o medo — fundado na ameaça da desordem e da instabilidade — justifica permanentemente a manutenção da autoridade (Chauí, 2000, p.72). Assim, o autoritarismo consentido se apresenta como expressão sofisticada da racionalidade moderna, na qual o “desejo de segurança eclipsa a potência transformadora da liberdade” (Chauí, 2000, p. 97), e a ação política é substituída por uma aceitação conformada da ordem instituída. É nesse entrelaçamento entre afeto, ideologia e estrutura que se articula a permanência do medo como operador central da sujeição nas democracias liberais contemporâneas.

Essa leitura adquire nova densidade quando articulada à análise foucaultiana da transição entre soberania e biopoder. Para Foucault (2008), o poder soberano — típico das monarquias absolutistas — opera pela lógica do “fazer morrer e deixar viver”, enquanto o biopoder, predominante nas sociedades modernas, desloca essa lógica para a gestão da vida: “fazer viver e deixar morrer”. O medo, nesse novo arranjo, não desaparece, mas é ressignificado. Já não se trata apenas do temor da morte violenta por parte de outros indivíduos, mas da insegurança difusa diante dos riscos biológicos, sociais e econômicos administrados pelo Estado e por instituições disciplinares. O medo deixa de ser exceção e passa a integrar a normalidade, mobilizado constantemente como instrumento de governamentalidade. De acordo com Foucault (2008), a lógica hobbesiana é, assim, ampliada: em vez de um contrato fundado na renúncia à liberdade em troca de segurança, assiste-se à constituição de dispositivos que produzem sujeitos permanentemente vulneráveis, moldados pela gestão técnica dos afetos e pela vigilância contínua.

Neste ponto, a contribuição de Bourdieu (1998) se torna fundamental. Ao desenvolver o conceito de violência simbólica, o autor evidencia como os mecanismos de dominação operam não apenas pela coerção física, mas pela imposição de estruturas de percepção e de julgamento. A ordem social é mantida não apenas por meio do medo explícito, mas pela internalização de disposições que fazem com que os indivíduos aceitem sua posição como natural. A obediência, nesse quadro, é efeito de um trabalho invisível de formação subjetiva, que transforma relações arbitrárias em evidências incontestáveis. Tal como em Chauí (2000), a dominação não precisa se impor com brutalidade: basta que o medo seja inscrito nos corpos e nas consciências sob a forma de hábitos, crenças e expectativas.

Essa lógica da violência simbólica permite compreender como o medo deixa de ser apenas um afeto individual para se constituir como uma gramática coletiva de subjetivação. Bourdieu (1998) mostra que os agentes sociais tendem a reproduzir as estruturas de dominação porque foram formados nelas, e porque suas expectativas de futuro, seus limites de ação e até mesmo seus desejos foram moldados segundo essa lógica. O medo da exclusão, do fracasso, da desaprovação ou da instabilidade não precisa ser explicitamente nomeado — ele está incorporado na própria maneira de ver e viver o mundo. Trata-se de uma dominação que atua com mais eficácia justamente por não ser percebida como tal, convertendo o conformismo em escolha, e a subordinação em senso de realidade. A complementaridade entre a crítica de Chauí (2000) ao autoritarismo consentido e

a noção bourdieusiana de violência simbólica aprofunda, portanto, a análise do medo como instrumento de poder: não apenas como instrumento de coerção externa, mas como operador interno de naturalização da desigualdade, sustentando subjetividades disciplinadas, avessas ao dissenso e resignadas à ordem vigente.

Atravessando os diferentes regimes de racionalidade política, o medo revela-se menos como um efeito contingente da ordem do que como um de seus dispositivos constitutivos. Ao ser alçado à condição de afeto fundador da vida coletiva, converte-se em linguagem política — uma gramática silenciosa que organiza o desejo de proteção, estrutura o consentimento à autoridade e naturaliza a renúncia à liberdade como condição de existência. Mas essa operação não se dá apenas por imposição: ela se realiza, sobretudo, pela interiorização de um imaginário que associa estabilidade à obediência e risco à autonomia. Nesse sentido, o medo não é simplesmente imposto, mas cultivado, reiterado e convertido em expectativa normativa, moldando subjetividades afeitas à prudência, à conformidade e ao retraimento da ação. Sua eficácia está precisamente em sua invisibilidade — na capacidade de transitar do grito ao sussurro, da ameaça à norma, da coerção à adesão espontânea. Assim, a política não apenas administra o medo: ela o fabrica, o estetiza e o racionaliza, fazendo dele não apenas um instrumento de governo, mas um modo de existir sob regimes de vigilância e legitimação. Pensar o medo junto com os autores citados neste tópico é, portanto, penetrar na tessitura sensível do poder, onde a força se oculta no hábito, a dominação se dissimula na crença e a obediência se encena como virtude. Nesse interstício entre proteção e submissão, entre o corpo ameaçado e a alma resignada, erige-se a arquitetura ambígua da ordem moderna — uma ordem cuja promessa de paz repousa, paradoxalmente, sobre a mobilização permanente do medo.

3 NEOLIBERALISMO, SUBJETIVIDADE E A FABRICAÇÃO DO MEDO

Se na tradição moderna, aqui delineada pelo pensamento contratualista — e particularmente pela inflexão hobbesiana do problema político — o medo era mobilizado como instrumento de estabilização da ordem política mediante a centralização do poder e o monopólio da violência legítima, no contexto neoliberal ele adquire feições mais insidiosas e dispersas, transitando da figura do Estado soberano para as engrenagens difusas do mercado, da comunicação e da auto exploração subjetiva. A racionalidade neoliberal não prescinde do medo; ao contrário, o reconfigura como elemento constitutivo de uma nova economia política dos afetos, na qual o medo não mais se organiza em torno da figura da morte violenta, mas da exclusão social, do fracasso individual e da perda de valor numérico diante da lógica da performance. Como observa Han (2017), a coação clássica cede lugar à auto exploração voluntária, e o sujeito neoliberal, convertido em “empresário de si”, internaliza a exigência de excelência como imperativo moral, fazendo do medo de não corresponder às expectativas um motor de constante autovigilância.

Essa lógica de interiorização da dominação, descrita por Han (2017), culmina na constituição do que o autor denomina “sujeito de desempenho”, figura central da racionalidade neoliberal. Esse sujeito, ao contrário do disciplinado da sociedade moderna — moldado por interditos e punições externas —, é seduzido por uma gramática da positividade, na qual tudo é possível, tudo é permitido, e a limitação é interpretada como fracasso pessoal. A positividade não é libertadora, mas exaustiva. O “empresário de si” não trabalha mais sob o olhar de um capataz ou o peso de uma norma explícita, mas sob a pressão difusa de metas internas, da autoavaliação constante, da busca incessante por otimização. Trata-se, de acordo com o autor, de uma forma de sujeição que se disfarça de liberdade, mas que, em essência, implica uma intensificação sem precedentes da exploração — agora internalizada como autocobrança. O imperativo do “você consegue tudo” se converte, paradoxalmente, em condenação à solidão, à ansiedade e à culpa, pois qualquer insucesso passa a ser lido como indício de ineficiência moral, e não de contingência social. Assim, o medo não é mais o de uma sanção externa, mas o da auto invalidação, da obsolescência subjetiva, da falência existencial diante da máquina meritocrática que move a contemporaneidade.

Essa mutação no regime do medo — da ameaça externa à insuficiência interna — produz uma subjetividade marcada por estados crônicos de ansiedade, culpa e inadequação. A liberdade, longe de libertar, converte-se em prisão: o sujeito neoliberal é livre apenas para competir, livre apenas para vencer ou sucumbir. A liberdade torna-se, portanto, uma forma de coerção disfarçada de escolha. É nesse contexto que se atualiza a noção de governamentalidade, conforme Foucault (2008), segundo a qual o poder não se exerce de fora para dentro, mas por meio da gestão da vida, da normatização da conduta e da produção de sujeitos autônomos apenas na superfície. A governamentalidade neoliberal estrutura o mundo social como um mercado total, em que tudo é passível de mensuração, ranqueamento e capitalização, inclusive o valor subjetivo dos indivíduos.

Tal dinâmica governamental descrita por Foucault (2008) representa uma inflexão decisiva no exercício do poder, deslocando o foco da obediência formal à autoridade soberana para a modulação permanente das condutas dentro de uma lógica de mercado. A governamentalidade neoliberal não impõe diretamente; ela organiza os dispositivos nos quais os sujeitos se constituem como livres, racionais e responsáveis por si mesmos, ao mesmo tempo em que os vincula a normas implícitas de eficiência, produtividade e competitividade. A técnica de governo aqui não é repressiva, mas performativa: molda desejos, expectativas e percepções da realidade por meio da gestão dos riscos, da valorização da performance e da vigilância estatística. Dessa forma, em diálogo com o autor, o medo não desaparece, apenas se sofisticava — agora se infiltra nos algoritmos, nas métricas de desempenho, nos discursos de superação pessoal, compondo uma malha de racionalidades que fabricam sujeitos governáveis precisamente na medida em que se creem autônomos. Como resultado, a liberdade neoliberal se converte em um campo de captura, e o sujeito, constantemente chamado a responsabilizar-se por seu destino, torna-se cúmplice involuntário de sua própria sujeição. Nesse cenário, a política perde centralidade, sendo substituída por uma governança tecnocrática que naturaliza as desigualdades sob o manto da meritocracia e transforma o medo em afeto estruturante da ordem social.

Nesse arranjo, o medo não desaparece, apenas se metamorfoseia: se antes ele derivava da espada do soberano, agora emerge da constante ameaça de não ser suficientemente eficiente, produtivo, desejável ou visível. Trata-se de um medo difuso, descentralizado, mas intensamente normativo, que disciplina os corpos e domestica os impulsos políticos. Os dispositivos digitais, as redes sociais e os algoritmos de recomendação atuam como vetores dessa nova forma de dominação, convertendo dados em instrumentos de previsão e controle, como apontam Dardot e Laval (2016), ao destacar que o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas um projeto de sociedade e de subjetividade. A performance substitui o pertencimento; a competição, o laço; e a avaliação constante, a reflexão crítica.

Nesse ponto, a contribuição de Souza (2017) torna-se particularmente relevante ao analisar o processo sistemático de despolitização promovido pelo neoliberalismo brasileiro. A “fábrica de despolitização” descrita pelo autor não opera apenas por meio da manipulação midiática ou da captura institucional, mas sobretudo pela construção de um imaginário social em que a política é associada à corrupção, ao atraso ou à ineficácia, enquanto o mercado e a tecnocracia aparecem como os únicos espaços legítimos de decisão. Nesse sentido, o medo político é substituído por uma aversão generalizada à própria política, convertendo o cidadão em consumidor de discursos e espectador de crises. A despolitização não é mera consequência, mas estratégia: um projeto ativo de apagamento do conflito e do dissenso, necessário à reprodução do capital em sua fase mais sofisticada.

Esse projeto de despolitização, conforme Souza (2017), opera por meio de um duplo movimento: ao mesmo tempo em que esvazia o espaço público de sua densidade crítica, transfere para o indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso social, consolidando um *ethos* meritocrático que naturaliza desigualdades estruturais. A “fábrica de despolitização” é, conforme o autor, também uma fábrica de subjetividades conformadas, nas quais a crença na neutralidade do mercado e na ineficácia da ação coletiva é continuamente reforçada por aparelhos ideológicos, como os meios de comunicação, as instituições educacionais e os discursos gerenciais. O

medo político — aquele que impulsionava outrora a organização popular, a vigilância democrática e a resistência — é substituído por um medo difuso de pertencer ao coletivo, de reivindicar, de conflitar. A cidadania cede lugar à gestão privada da existência, e o dissenso, longe de ser motor da democracia, passa a ser visto como desvio ou patologia. O neoliberalismo, assim, não apenas precariza condições materiais de vida, mas dissolve os próprios vínculos simbólicos que sustentam a ação política, convertendo o medo em paralisia e a paralisia em normalidade.

O resultado desse arranjo é uma subjetividade atomizada, governada por uma racionalidade concorrencial que elimina a solidariedade, a alteridade e a imaginação política. O sujeito neoliberal não teme mais o Leviatã: teme a si mesmo, sua improdutividade, sua invisibilidade, sua falência simbólica diante de um mundo que exige, incessantemente, performance e otimismo. Trata-se de uma subjetividade destituída de transcendência coletiva, encerrada no circuito curto da autogestão e da culpabilização. Nessa configuração, o medo deixa de ser mobilizado por um soberano externo e passa a ser internalizado como afeto estruturante da própria experiência de mundo. A política, por sua vez, dissolve-se na gestão técnica da vida, esvaziando o espaço público e silenciando as possibilidades de resistência.

Com isso, a passagem do medo hobbesiano — fundado na ameaça física e centralizado no poder soberano — para o medo neoliberal — internalizado, performativo e operado por mecanismos de autoexploração — revela uma profunda mutação nas formas de dominação contemporâneas. Não se trata mais de impor pela força, mas de modelar pela liberdade; não se trata de reprimir o desejo, mas de convertê-lo em produtividade. O medo, nesse cenário, permanece como operador central da ordem social, mas desloca-se da exterioridade coercitiva para a interioridade normativa, produzindo sujeitos livres apenas para obedecer à lógica do capital. Nesse ponto, pensar o medo é pensar o próprio limite da política em tempos de hegemonia neoliberal, onde a dominação se naturaliza sob a forma da liberdade e a violência se oculta sob a gramática da escolha individual.

4 FAKE NEWS, NARRATIVA E A CORROSÃO DA ESFERA PÚBLICA

A consolidação das *fake news* como elemento estruturante do espaço público contemporâneo não representa um desvio episódico da racionalidade democrática, tampouco uma patologia marginal da comunicação política. Ao contrário, elas se afirmam como linguagem própria de um novo regime discursivo em que a manipulação informacional opera como técnica de governo e instrumento de captura das subjetividades. Como observa Arendt (2013), a mentira na política não é apenas uma falsificação contingente dos fatos, mas uma ruptura com o mundo comum e com a experiência partilhada da realidade. Nesse sentido, as *fake news* funcionam como dispositivos performativos que, ao reiterarem afetos, medos e crenças, produzem realidades alternativas dotadas de efeitos materiais e políticos. Trata-se de uma mutação no regime de verdade, em que o critério de validação do discurso deixa de ser sua correspondência com os fatos e passa a depender de sua viralização, aderência afetiva e capacidade de mobilização. Nesse cenário, o poder não mais necessita impor-se pela força ou pela autoridade institucional, pois encontra na circulação incessante e desregulada de discursos sua forma mais eficaz de ação, conforme também alerta Chomsky (2002), ao apontar que a fabricação do consenso não exige coerção, mas controle do fluxo informacional e das linguagens socialmente legitimadas.

Esse fenômeno foi prefigurado por Eco (2018) ao identificar no “fascismo eterno” uma gramática política que atravessa o tempo sob diferentes máscaras, sempre orientada pela manipulação simbólica, pela rejeição da complexidade e pela apologia da ignorância. Nas *fake news*, ressoa esse fascismo difuso, não institucionalizado, que opera por meio da repetição incessante de slogans, da naturalização do ódio e da construção de inimigos fictícios. “O fascismo é qualitativo mais do que quantitativo”, adverte Eco (2018, p. 23), ao destacar que sua persistência não depende de regimes formais, mas de disposições afetivas e linguagens naturalizadas. Assim, a desinformação não é acidental: é a forma comunicacional adequada a um projeto autoritário que dispensa a coerência, o debate

e a razão, substituindo-os pela crença, pelo ressentimento e pelo medo. Essa linguagem, portanto, encontra nas plataformas digitais o ambiente ideal para sua proliferação, pois estas operam segundo uma lógica algorítmica que favorece o escândalo, a polarização e a simplificação extrema.

Essa arquitetura discursiva, ancorada na saturação emocional e na simplificação extrema, é justamente o que Eco (2018) denuncia como sintoma do “fascismo eterno”: não um regime, mas uma sintaxe de afetos regressivos, uma estética da linguagem que suprime a dúvida, o contraditório e o pensamento complexo. Nesse universo simbólico, o discurso deixa de ser espaço de mediação racional e passa a operar como encantamento, como narrativa fechada que oferece alívio cognitivo diante da opacidade do mundo. O antipluralismo, a obsessão pela identidade, a construção paranoica de inimigos internos e a rejeição de qualquer crítica como traição são traços desse léxico fascista que se reatualiza em novas plataformas e linguagens. O que está em jogo não é apenas a deformação da informação, mas a corrosão das condições mínimas para o exercício do juízo público. As *fake news*, nesse contexto, não são meros conteúdos falsos: são formas de interditar o dissenso, encapsular o pensamento e desativar o espaço comum da política. Eco (2018) adverte que o fascismo não precisa de coerência, apenas de mobilização — e, na era digital, essa mobilização é operada por meio de narrativas que, embora desprovidas de verdade, são carregadas de intensidade, ressonância emocional e apelo identitário. É nesse ponto que o discurso deixa de ser meio e torna-se fim: a política transforma-se em espetáculo, a mentira em método, e o medo em cimento simbólico da comunidade.

É nesse contexto que se insere a crítica de Zuboff (2020) ao que denomina “capitalismo de vigilância”, novo arranjo econômico e político em que os dados comportamentais dos indivíduos são capturados, processados e comercializados por corporações com o objetivo de prever e moldar condutas futuras. A liberdade, aqui, assume um duplo estatuto: continua a ser exaltada enquanto valor discursivo, mas é corroída na prática pela vigilância algorítmica e pela indução comportamental automatizada. A promessa de autonomia é convertida em controle preditivo, e o sujeito digital é ao mesmo tempo consumidor e produto, ao mesmo tempo livre e permanentemente rastreado. As *fake news* operam nesse terreno como ferramentas de engenharia social, otimizadas por sistemas que priorizam a atenção, independentemente da veracidade. Assim, a manipulação informacional torna-se racionalizada, sistematizada e invisibilizada, tornando-se um elemento constitutivo da arquitetura social digital.

Dando continuidade ao raciocínio anterior, a crítica de Zuboff (2020) torna-se ainda mais incisiva ao revelar que, no capitalismo de vigilância, a assimetria informacional não apenas amplia o poder das plataformas, mas compromete radicalmente as bases epistemológicas da esfera pública. O conhecimento passa a ser privatizado, monopolizado por algoritmos proprietários que operam de forma opaca, impossibilitando qualquer escrutínio democrático sobre os critérios de visibilidade, relevância ou verdade. Trata-se de uma mutação no regime de saber-poder, nos termos foucaultianos, em que a produção do conhecimento coletivo é sequestrada por infraestruturas técnicas que não se submetem à deliberação pública, mas à lógica da rentabilidade e da engenharia comportamental. A consequência mais grave dessa reconfiguração é, com base no que apresenta o autor, a dissolução do espaço público como arena de argumentação e disputa racional. Em seu lugar, emerge uma arquitetura de comunicação hiperpessoalizada, fragmentária e regulada por métricas de engajamento que favorecem a reatividade emocional, a polarização e a desinformação. O sujeito contemporâneo, portanto, já não participa da esfera pública como agente deliberativo, mas como usuário interpelado por fluxos de conteúdo moldados para capturar sua atenção e modular suas crenças, tornando a cidadania vulnerável à manipulação silenciosa e contínua de interesses que escapam à sua percepção. Nesse modelo, o consenso não é mais fabricado por meio de propaganda explícita, como apontava Chomsky (2002), mas por meio de uma curadoria invisível que opera em tempo real, despolitizando a própria experiência de estar no mundo.

Esse ambiente de controle e simulacro compromete as condições mínimas de existência da esfera pública democrática, como demonstra Mounk (2019) ao diagnosticar a erosão silenciosa das democracias liberais contemporâneas. A crise não se dá apenas no campo institucional, mas na própria gramática do engajamento cívico. A desinformação generalizada mina a confiança nas instituições, corrói o valor do debate público e dissemina um

cinismo político que paralisa a ação coletiva. Como observa Mounk (2019), os cidadãos continuam votando, mas o fazem cada vez mais desconectados das mediações tradicionais, guiados por impulsos afetivos e narrativas falsas que substituem a deliberação por reatividade. A democracia, nesse quadro, não morre por golpe, mas por inanição discursiva; sua vitalidade é drenada pela saturação de sentidos, pela incerteza permanente e pela incapacidade de distinguir entre fatos e ficções.

A esse processo soma-se a análise de Chomsky (2002), para quem a “manufatura do consenso” representa uma técnica refinada de dominação ideológica, fundada na manipulação estrutural da informação por parte de elites econômicas e midiáticas. No modelo teórico elaborado pelo autor, os meios de comunicação funcionam como sistemas de propaganda que operam segundo filtros ideológicos — entre eles, a propriedade dos meios, a dependência da publicidade e o alinhamento com interesses hegemônicos — de modo a garantir que “as premissas básicas da doutrina dominante jamais sejam postas em causa” (Chomsky, 2002, p. 13). Ainda que formulada num contexto analógico e pré-digital, essa crítica permanece profundamente pertinente, sobretudo diante do papel assumido pelas plataformas digitais enquanto novas instâncias de poder simbólico. Tais plataformas não apenas intermediam a comunicação social, mas reconfiguram as condições de possibilidade do próprio discurso público, ao “concentrar o poder de selecionar, moldar e priorizar informações” (Chomsky, 2002, p. 29), agora por meio de algoritmos que operam segundo lógicas comerciais, opacas e automatizadas. Nesse cenário, o consenso não é mais construído por meio do debate plural ou do confronto de ideias, mas pela engenharia da atenção, que privilegia o conteúdo mais rentável, mais reativo e mais polarizador. Como destaca Chomsky (2002), “o sistema funciona de modo eficaz para servir aos interesses dominantes, com a aparência de livre escolha e debate democrático” (p. 16), mascarando, sob a linguagem da neutralidade tecnológica, um regime profundamente assimétrico de controle da opinião pública.

Por fim, a reflexão de Arendt (2013) sobre a mentira política revela-se de extrema atualidade diante do colapso epistêmico promovido pelas *fake news* no interior da esfera pública contemporânea. Para a autora, a mentira, quando sistematicamente incorporada à prática política, não opera apenas como negação episódica da verdade factual, mas como mecanismo de desestabilização da própria realidade comum. A falsidade não se limita a deformar eventos isolados: ela erode o mundo compartilhado que torna possível o juízo, a ação e a convivência. Ao substituir os fatos por narrativas fabricadas e afetivamente aderentes, institui-se um cenário em que a própria distinção entre verdade e falsidade se torna irrelevante, ou mesmo indesejável. Nesse ambiente, a política degenera em espetáculo, e o espaço público converte-se em campo de guerra simbólica, onde a potência do discurso não reside mais em sua veracidade, mas em sua capacidade de aderir a afetos coletivos, reforçar identidades e suprimir o dissenso por meio da crença. A mentira, conforme reflete Arendt (2013), elevada à condição de norma comunicacional, destrói não apenas a confiança mútua entre os sujeitos, mas também a própria possibilidade de um mundo comum onde o agir político se sustente.

É nesse horizonte de corrosão dos vínculos simbólicos que se evidencia o esgotamento das formas tradicionais de mediação democrática. A fragmentação do real, impulsionada pela saturação informacional e pela lógica algorítmica do engajamento, impede a constituição de um espaço público racionalmente estruturado. Em seu lugar, instala-se uma paisagem dissonante, marcada por ilhas de sentido autorreferentes, onde cada indivíduo habita uma bolha perceptiva imune ao contraditório. A linguagem pública torna-se refratária ao argumento e à deliberação, cedendo lugar à retórica do afeto bruto, à simplificação moral e à hostilidade latente. O que está em jogo, portanto, não é apenas a confiabilidade das informações, mas o próprio destino da democracia enquanto forma de vida fundada no reconhecimento recíproco, na pluralidade e na construção coletiva da realidade. A manipulação informacional, nesse sentido, não representa uma ameaça externa ao regime democrático — ela se dá por dentro, como sintoma e instrumento de sua desfiguração silenciosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo buscou problematizar as dinâmicas contemporâneas de despolitização, medo e manipulação informacional, compreendendo-as como sintomas de uma crise estrutural que compromete não apenas as instituições democráticas, mas também as condições de possibilidade da experiência democrática em si. O medo da democracia, longe de se configurar como reação irracional ou mero reflexo de inseguranças subjetivas, aparece como produto histórico, sistematicamente induzido por arranjos discursivos, tecnológicos e político-econômicos que operam por meio da fragmentação da esfera pública, da neutralização do sujeito político e da conversão da cidadania em desempenho mercantil. Não se trata, portanto, de um desvio pontual, mas de um dispositivo de governança que transforma o medo em técnica de controle e o dissenso em ameaça à ordem.

Nesse contexto, a apatia política manifesta-se como uma pedagogia social sofisticada, inseparável da racionalidade neoliberal que naturaliza a responsabilidade individual, valoriza a eficiência instrumental e esvazia o horizonte coletivo da ação. A democracia, enquanto projeto inacabado, requer coragem para sustentar o conflito, lidar com a incerteza e construir coletivamente o comum. No entanto, as formas hegemônicas de subjetivação têm desmobilizado esse *ethos* democrático, promovendo a retração afetiva, o ceticismo generalizado e a crença de que a política é terreno contaminado, fadado à ineficácia ou à corrupção. O medo, nesse arranjo, não paralisa apenas o agir; ele destitui o sujeito de sua própria potência transformadora.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de uma nova pedagogia política capaz de descolonizar o medo, desnaturalizando suas formas de reprodução e reconfigurando suas implicações subjetivas e coletivas. Isso implica o reconhecimento do medo como categoria política central, cuja desconstrução exige a revalorização da escuta, do cuidado e da confiança mútua. É urgente repolitizar o cotidiano, restituir densidade ao debate público e criar espaços institucionais e simbólicos que favoreçam a participação, o dissenso produtivo e a imaginação política. A tarefa é exigente: demanda novas formas de mediação comunicacional, uma reestruturação dos processos educativos e o resgate de um léxico ético que permita reinstaurar o vínculo social sob outras bases.

Reconstruir o espaço público como instância de confiança recíproca e verdade compartilhada não supõe homogeneização ou apagamento das diferenças, mas a reconstituição das condições para o conflito democrático. Um espaço público saudável é aquele que acolhe a divergência sem sucumbir à violência, que reconhece a pluralidade sem dissolver-se na fragmentação absoluta, e que articula razão e afetos em práticas discursivas voltadas ao bem comum. Para tanto, é indispensável confrontar com radicalidade os mecanismos que esvaziam o político, que sabotam o comum e que transformam o medo em norma.

Este estudo, portanto, não se pretende conclusivo, mas provocador. Propõe-se a abrir caminhos de pesquisa e ação que reconheçam a complexidade do presente e a urgência de sua transformação. Enquanto o medo seguir instrumentalizado como linguagem de poder, a democracia permanecerá como promessa ameaçada. Inverter essa lógica exige mais do que resistência: exige reinvenção. E, sobretudo, exige uma decisão coletiva de que a liberdade vale o risco — não apesar do medo, mas precisamente contra ele.

6 REFERÊNCIAS

- Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- Chauí, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Chauí, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. 5.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- Chomsky, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Chomsky, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books, 1992.
- Dardot, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Eco, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Eco, Umberto. *O fascismo eterno*. São Paulo: Record, 2018.
- Eco, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- Foucault, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Han, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- Han, Byung-Chul. *Psicopolítica: neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)
- Hobbes, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Jameson, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1997.
- Mounk, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Souza, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- Zuboff, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

